

13. ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGA E A ASSOCIAÇÃO JUVENIL "A BOGALHA":

Do **Sr. Vereador João Rodrigues**, submetendo à consideração do Executivo Municipal o acordo de cooperação entre o Município de Braga e a Associação Juvenil "A Bogalha", que se anexa.

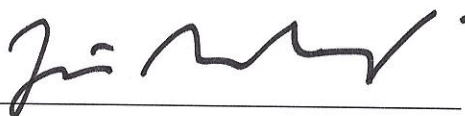
A 5 de Setembro
2008
[Signature]

PROPOSTA

Assunto: **Acordo administrativo de cooperação entre o MUNICÍPIO DE BRAGA e a ASSOCIAÇÃO JUVENIL "A BOGALHA"**

Remetendo para os considerandos da proposta elaborada e que segue em anexo, para submissão a reunião do executivo municipal.

O Vereador,



João Rodrigues

ACORDO ADMINISTRATIVO DE COOPERAÇÃO

MUNICÍPIO DE BRAGA, pessoa coletiva de direito público n.º 506 901 173, com sede na Praça do Município, na cidade de Braga, representado neste ato pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, adiante designado por PRIMEIRO OUTORGANTE;

E

ASSOCIAÇÃO JUVENIL "A BOGALHA", Instituição Particular de Solidariedade Social com o estatuto de Utilidade Pública, pessoa coletiva n.º 501947701, com sede social na Rua Álvaro Dória, n.º 33, freguesia de S. Victor, do concelho de Braga, representada neste ato pelo Presidente da Direção, titular do cartão de cidadão n.º _____, adiante designado SEGUNDO OUTORGANTE;

Considerando que:

1) O Segundo Outorgante solicitou a alienação de área integrada em domínio público, nomeadamente:

- 121,43 m2 cedidos ao domínio público para equipamento no alvará de loteamento n.º 37/04;
- 198,57 m2 cedidos ao domínio público para espaços verdes no alvará de loteamento n.º 37/04;

sita no lugar da armada, freguesia de Braga (S. Vitor), para integração em propriedade privada confinante, alegando interesse no tratamento e segurança do espaço envolvente às suas instalações e ainda para criar um espaço de recreio e lazer para as crianças;

2) A informação técnica sobre tal pretensão refere: "Não se vê inconvenientes em passar-se a gestão desse espaço verde / equipamento, salvaguardando-se as regras de segurança do PT e dos futuros utentes (é expectável que queiram vedar a área – o que proponho para este efeito são muros da altura das moradias, eventualmente com arbustos no interior que propiciem mais privacidade no interior e ao mesmo tempo mantêm o aspeto "verde" para quem circula no espaço público)";

3) Ou seja, a mencionada informação técnica aponta a solução da celebração de um contrato de gestão e limpeza do espaço em causa, ao invés da alienação do terreno;

4) O artigo 46.º do RJUE (decreto-lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com as posteriores alterações) estabelece o seguinte:

Artigo 46.º

Gestão das infraestruturas e dos espaços verdes e de utilização coletiva

1 - A gestão das infraestruturas e dos espaços verdes e de utilização coletiva pode ser confiada a moradores ou a grupos de moradores das zonas loteadas e urbanizadas, mediante a celebração com o município de acordos de cooperação ou de contratos de concessão do domínio municipal.

2 - Os acordos de cooperação podem incidir, nomeadamente, sobre os seguintes aspetos:

- a) Limpeza e higiene;
- b) Conservação de espaços verdes existentes;
- c) Manutenção dos equipamentos de recreio e lazer;

5) De acordo com o Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, processo 863/19.6BESNT, datado de 13.02.2020, “os acordos de cooperação previstos no art.º 46º n.ºs. 1 e 2 RJUE embora assumam a natureza de contratos administrativos (contratos que configuram relações jurídicas administrativas), estão fora do âmbito de aplicação do regime da contratação pública e, por isso, não estão sujeitos às regras da concorrência, v.g. do regime de incidência objectiva da Parte II do Código dos Contratos Públicos, consequentemente, da Parte III, na medida em que o próprio RJUE define o objecto contratual - “a gestão das infra-estruturas e dos espaços verdes e de utilização colectiva” - bem como os sujeitos - a entidade pública e os co-contratantes privados - sendo os co-contratantes privados determinados, exclusivamente, pela qualidade jurídica de “moradores ou grupos de moradores das zonas loteadas e urbanizadas”.

6) Assim sendo, por razões de racionalidade e operacionalidade de meios e porque há interesse de ambas as partes, justifica-se que a gestão e manutenção do espaço em causa seja atribuída à Segunda Outorgante;

É celebrado e reciprocamente aceite o presente Acordo de Cooperação que se rege nos termos e pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Objeto

O presente acordo tem por objeto uma área de cerca de 320 m2, integrada em domínio público, sita no lugar da armada, Freguesia de Braga (S. Vitor), melhor identificada no anexo I.

CLÁUSULA SEGUNDA

Âmbito

O presente acordo de cooperação tem por objeto a gestão de espaços verdes e de utilização coletiva da área identificada na cláusula anterior, e abrange ações de limpeza e higiene, a

conservação de espaços verdes existentes, a manutenção dos coletores eventualmente existentes, o cumprimento de todas as regras de segurança do PT existente no local e a vigilância da área, por forma a evitar a sua degradação, nomeadamente a vandalização dos espaços, a danificação de árvores, e promovendo a prevenção no combate de fogos florestais através da gestão programada da poda e desbaste de árvores e matas, e em respeito estrito do interesse público, nos termos da Lei.

CLÁUSULA TERCEIRA

Obrigações da Segunda Outorgante

Pelo presente acordo cabe à Segunda Outorgante:

- a) garantir a limpeza e higiene, a manutenção e a conservação da área delimitada nos termos da cláusula primeira;
- b) vigiar a área objeto do presente acordo de cooperação, de forma a evitar qualquer degradação do espaço e prevenir fogos florestais;
- c) Garantir o cumprimento de todas as regras de segurança relativas ao PT existente no local e aos futuros utentes;
- d) No caso de vedação do espaço, deve respeitar-se a altura das moradias existentes e que sejam usados arbustos no interior que propiciem mais privacidade no interior e ao mesmo tempo mantêm o aspeto "verde" para quem circula no espaço público;
- e) A responsabilidade por eventuais consequências da vedação da área em causa perante os utentes, proprietários, moradores ou outros cidadãos, no caso de o encerramento do acesso motivar dificuldades ou atrasos em operações de socorro ou assistência.

CLÁUSULA QUARTA

Obrigações do Primeiro Outorgante

Pelo presente acordo, cabe ao Primeiro Outorgante, em respeito do interesse público visado pela sua celebração:

- a) acompanhar e fiscalizar a execução do acordo, nomeadamente no que respeita ao cumprimento pela Segunda Outorgante das obrigações assumidas, bem como prestar o apoio técnico que se justifique, mediante análise casuística conjunta;

- b) desenvolver os necessários contatos com as autoridades locais, em particular com as forças de segurança e de proteção civil, de modo a possibilitar o apoio articulado destas, caso tal se revele necessário;
- c) permitir que a segunda outorgante efetue pavimentação para acesso ao edifício.

CLÁUSULA QUINTA

Princípios de atuação

1. As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, nomeadamente no que se refere à prestação recíproca de informações necessárias a boa execução do presente acordo.
2. Cabe em especial à Segunda Outorgante comunicar ao Primeiro Outorgante qualquer circunstância que possa condicionar o normal cumprimento do presente acordo.

CLÁUSULA SEXTA

Modificação e revisão do acordo

1. Considerando a possibilidade de a área em causa integrar o projeto de execução da Variante do Cávado, o objeto e o âmbito do presente acordo de cooperação poderá ser modificado e ou revisto por acordo entre as partes, e poderá também ser extinto por decisão unilateral do Primeiro Outorgante, por razões de interesse público, nomeadamente o supramencionado.
2. O acordo referido no número anterior não pode revestir forma menos solene do que a do presente acordo de cooperação.

CLÁUSULA SÉTIMA

Interpretação e Aplicação

As dúvidas de interpretação e de aplicação do presente acordo de cooperação serão resolvidas pelas partes, mediante acordo, em caso de dissenso, caberá à Câmara Municipal de Braga a decisão final.

CLÁUSULA OITAVA

Prazo de vigência e revogação

- 1) O presente acordo de cooperação é celebrado pelo prazo de cinco anos, contados a partir da data da sua outorga, prorrogável por períodos iguais e sucessivos, se não for denunciado por qualquer uma das partes com, pelo menos, seis meses de antecedência sobre a data do seu termo ou renovação, por carta registada com aviso de receção.

2) Com o objetivo de assegurar a regular utilização e eficiente manutenção do espaço em causa, o Município de Braga pode modificar unilateralmente o conteúdo das cláusulas do presente acordo.

3) O Município de Braga pode extinguir unilateralmente, em qualquer momento, este acordo, no caso de desrespeito ou violação grave dos deveres de cooperação ou desvio do objeto do acordo, ou ainda por razões de interesse público municipal devidamente fundamentadas.

4) Quando as faltas do segundo outorgante forem meramente culposas e suscetíveis de correção, o acordo poderá não ser resolvido se forem integralmente cumpridos os deveres violados e reparados integralmente os danos provocados, dentro do prazo fixado pelo município.

5) A resolução do acordo fundado na falta de cumprimento dos deveres por parte do segundo outorgante só poderá ser declarada após prévia audiência, por escrito, e uma vez declarada produzirá imediatamente efeitos, sem precedência de qualquer outra formalidade, logo que comunicada por escrito, e não confere ao outorgante em causa direito a qualquer indemnização.

6) Os outorgantes podem, a todo o tempo, revogar o presente acordo, por escrito.

7) No caso de se verificarem as situações previstas no número 3) supra, o espaço objeto deste acordo será restituído e entregue ao município, em normal estado de conservação, ressalvadas as deteriorações decorrentes do seu uso prudente.

8) No final do presente acordo, por qualquer forma, as benfeitorias eventualmente existentes e afetas ou incorporadas no dito espaço, feitas a cargo da segunda outorgante, aprovadas ou impostas pela Câmara Municipal de Braga, reverterão gratuitamente para o município.

O presente Acordo é celebrado em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada uma das partes.

Braga, __ de _____ de 2020

Pelo Primeiro Outorgante:

Pela Segunda Outorgante:

ANEXO I

